

# Comércio local: tráfico interno de escravos em Juiz de Fora (MG), segunda metade do século XIX

Jonis Freire<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo procura analisar o tráfico interno de escravos, na segunda metade do século XIX, em uma região dinâmica do ponto de vista econômico. Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata Mineira, foi durante o século XIX a maior possuidora de cativos daquela província, uma das maiores produtoras de café e possuía proprietários com grandes extensões de terra. Era uma típica área de *plantation*. Por meio da análise de três grandes famílias possuidoras de escravos, terras e café, tecemos considerações a respeito do comércio de escravos e de que forma essas famílias se valeram do mesmo para a manutenção/ampliação de suas escravarias. Dentre outros aspectos (como preço, sexo, ofício dos escravos transacionados) nos interessamos em saber qual o tipo de tráfico interno realizado: interprovincial, intraprovincial ou local. Além da reprodução natural dos escravos (que não será pormenorizada aqui), fica patente a importância desse tráfico interno para a manutenção/ampliação daquelas posses.

## Palavras-chave

tráfico interno; comércio local; Zona da Mata Mineira; segunda metade do XIX; second half nineteenth century;

## Abstract

This article seeks to analyze the trafficking of slaves in the second half of the nineteenth century, in a dynamic region economically. Juiz de Fora, located in the Zona da Mata Minas Gerais, during the nineteenth century was the largest owner of slaves that province, a major producer of coffee and had owners with large tracts of land. It was a typical plantation area. Through the analysis of three large families possess slaves, land, and coffee, we have made considerations about the slave trade and how these families took advantage of it to the maintenance / expansion of their slaves. Among other aspects (such as price, gender, occupation of the slaves traded) we are interested in knowing what type of internal trafficking performed: interprovincial, intraprovincial or local. In addition to the natural reproduction of slaves (which will not be detailed here), it is clear the importance of internal trafficking for the maintenance / expansion of those possessions.

## Keywords

Internal Slave trade; local businesses; Zona da Mata (MG/Brazil);

---

<sup>1</sup> Professor do PPGH – Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO/Niterói.

O Brasil é reconhecido como o *locus* para onde foi levado o maior contingente dos escravos transportados do continente africano para as Américas. A historiografia sobre esse tema, desde muito tempo, se debruça, dentre outros aspectos, sobre as possibilidades, encontradas pelos proprietários brasileiros, no que diz respeito à aquisição de sua mão de obra escrava, das rotas e do volume do tráfico. Uma das perspectivas analíticas sobre a reprodução dos escravos é a que busca no tráfico externo e /ou interno, e é este último o que nos interessa mais de perto neste trabalho, a resposta para o aumento da mão de obra<sup>2</sup>. A outra diz respeito ao aumento das escravarias por meio da reprodução natural<sup>3</sup>. Cabe ressaltar que as duas possibilidades podem não ser excludentes para a manutenção/ampliação das escravarias<sup>4</sup>.

O crescimento da mão de obra por meio do comércio de escravos, oriundos do continente africano, foi até a primeira metade do século XIX o responsável pelo aumento do número de cativos<sup>5</sup>. Não que não existisse um pequeno tráfico interno.

<sup>2</sup> Cf., entre outros, MOTTA, José Flávio e MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 30(2): p. 267-299, 2000; MOTTA, José Flavio. *Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. (Tese de Livre-Docência). SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005; Idem. The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888. Tese de Doutorado. Stanford University, 1976; KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 1987, p. 129-149; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.

<sup>3</sup> PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 25(2): 203-233, maio/ago., 1995; GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio-ago. 1987, p. 297-314; SANTOS, Jonas Rafael dos. Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX. *Estudos de História*, Franca, SP, v. 9, n. 2, 2002, p. 235-253; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo, FFLCH/USP, 1994 (Dissertação de Mestrado); BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. *População e família*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 1988, p. 211-234; BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira de. *Economia escravista e preços de escravos em Minas Gerais: o caso de Sabará entre 1850 e 1887*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997 (Dissertação de Mestrado em Economia); TEIXEIRA, Heloisa Maria. Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001 (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

<sup>4</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009. (Tese de Doutorado em História).

<sup>5</sup> Sobre o volume do tráfico conferir entre outros já citados: KLEIN, Herbert. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987. ELTIS, David. The volume and structure of the transatlantic slave trade: a reassessment. *William and Mary Quarterly*, 3d Series, Volume 58, Number I, January 2001. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

Na segunda metade, o tráfico ganhou outras “feições”. Houve a necessidade de obter mão de obra para as regiões onde havia um maior dinamismo econômico, principalmente as vinculadas a produtos que pudessem se reverter em lucros, como por exemplo, o café. Dessa forma, os senhores de escravos e os traficantes passaram a utilizar, com mais vigor, os tráficos interprovinciais, intraprovinciais e/ou locais para a aquisição do produto, como foi o caso das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais<sup>6</sup>.

Vale salientar que muito dessa proeminência se deveu a crises enfrentadas por outras províncias do Império, o que possibilitou a transferência de cativos em direção às áreas deles necessitadas<sup>7</sup>. A partir de então, os senhores tiveram de utilizar outros mecanismos, visando novas aquisições. Sem se desconsiderar o contrabando, ganha mais dinamismo, sobretudo a partir da segunda metade do XIX, a opção pelo tráfico interno, fosse ele interprovincial, intraprovincial ou local<sup>8</sup>. Sobre o período após 1850, Hebe Mattos esclareceu ainda que, “[...] desde 1850, com a extinção do tráfico africano, a propriedade escrava – antes amplamente disseminada entre a população livre – passa a concentrar-se, por causa da alta do preço do cativo, nas mãos de grandes senhores das províncias cafeeiras”<sup>9</sup>.

Os trabalhos sobre a economia mineira do século XIX destacaram a importância da Zona da Mata, porque esta concentrava, até 1888, a maior parte do trabalho escravo e também a maior densidade demográfica da província. Nesse debate, a própria diversidade econômica da Província de Minas obsta a generalizações. Se havia grandes extensões territoriais, onde predominava a pecuária de corte com baixa utilização de

<sup>6</sup> Cf., entre outros, SLENES, op. cit., 1976; COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a Colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966. O tráfico interno já existia em período anterior, contudo, era reduzido, e contou primeiro com a mão de obra da população nativa. “Quando o tráfico africano terminou, uma sociedade complacente ajustou-se à nova realidade com um vasto e espontâneo aumento no movimento interno dos escravos, conseqüência da procura constante de mais escravos na região do café e de atitudes imutáveis no que se refere à própria instituição da escravatura”. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 64.

<sup>7</sup> CONRAD, op. cit., 1978.

<sup>8</sup> Para uma análise sobre a historiografia a respeito do tráfico interno conferir: MOTTA, op. cit., 2010.

<sup>9</sup> MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 343. De acordo com Herbert Klein, Kátia Mattoso e Stanley Engermann: “O aumento brusco dos preços de escravos no Brasil não deve ser atribuído apenas ao fim do tráfico, mas também, e ainda mais importante, àquelas forças que aceleraram a demanda por mercadorias produzidas por escravos e com isso aceleraram a demanda por escravos. A expansão econômica européia dos anos 50 em geral afetou os preços de escravos em todas as Américas”. MATTOSO, Kátia Queiroz, KLEIN, Herbert & ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 68.

mão de obra escrava, havia também uma pequena porção do território mineiro em que se praticava a cafeicultura nos padrões clássicos. Essa diversidade influenciava na manutenção/ampliação das posses, ou seja, influía na aquisição e dispersão da mão de obra cativa.

O estudo do município de Juiz de Fora, que viria a ser detentor do maior contingente de cativos no correr do século XIX na Província de Minas Gerais, pode ajudar a tecer novas considerações em relação a esse debate<sup>10</sup>. A análise das escravarias de três famílias senhoriais, encabeçadas por Antonio Dias Tostes, Comendador Francisco de Paula Lima e Capitão Manoel Ignácio de Barbosa Lage, que consideramos representativas no tocante aos grandes proprietários da Mata Mineira, nos possibilita detectar quais as estratégias de que se valeram as ditas famílias para a manutenção e/ou a ampliação de suas posses por meio do tráfico interno<sup>11</sup>.

A análise dos Livros de Notas e Escrituras Públicas permitiu-nos averiguar como se deu a manutenção e/ou a ampliação dos cativos daquelas famílias, bem como qual ou quais os sentidos do tráfico interno, os setores da economia que demandavam aquela mão de obra, além de dados, como sexo, origem, idade, preço dos cativos, etc. Esse *corpus* documental foi de vital importância para o estudo do potencial escravista dessa região.

Nesse aspecto, é interessante salientar que os Paula Lima foram os que mais se desfizeram de seus ativos em escravos. Os filhos do Comendador ao que parece, não devem ter sido bons administradores de seus bens. Encontramo-los levando muitos cativos à venda, inclusive, sob força de hipoteca e dívida. Nem o Comendador nem sua esposa venderam escravos, ao contrário, utilizaram o recurso da compra ou da cobrança de dívidas para o incremento de suas posses. Adquiriram, respectivamente, 17 e 13 cativos, em sua maioria homens.

O Capitão Manoel Ignácio obteve 5 escravos e não se desfez de nenhum. Talvez esse pequeno número, comprado por ele se justifique pelo fato de contar, em sua

---

<sup>10</sup> A esse respeito – grande contingente de escravos, entre outros, ver: ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo, USP, 1995 (Tese de Doutorado); GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume/Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006b; LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: Fapeb/Annablume, 2006.

<sup>11</sup> Consideramos essas famílias representativas, pois eram grandes possuidoras de terras, pés de café, cativos e detinham muito prestígio político, social e econômico. Conferir FREIRE, op. cit., 2009.

propriedade, com o crescimento natural de escravos<sup>12</sup>. Surpreendente é a aquisição de grande número deles por parte de seu filho, Dr. Antero José Lage Barboza, que obteve um total de 97, sendo 60 homens, 35 mulheres e 2, cujo registro do sexo não encontramos.

Nos Livros de Notas e Escrituras Públicas<sup>13</sup> que pesquisamos, entre os anos de 1857 e 1886, foram encontrados 627 cativos incorporados por aquelas três famílias senhoriais, por meio de compra, hipotecas, penhor, dívidas, doação e procuração<sup>14</sup> (Tabela 1).

**Tabela 1 – Sexo e faixa etária dos escravos que foram parte de algum tipo de transação comercial feita pelos Dias Tostes, pelos Paula Lima e pelos Barbosa Lage, em Juiz de Fora, 1857-1886**

Sexo Faixa etária	Masculino	%	Feminino	%	Não Consta	%	Total	%
Recém nascido	01	0,2	01	0,4	-	-	02	0,3
1-14 anos	56	14,1	32	14,0	-	-	88	14,0
15-40 anos	237	59,9	139	60,4	01	100	377	60,1
41+ anos	61	15,4	17	7,4	-	-	78	12,5
Não Consta	41	10,4	41	17,8	-	-	82	13,1
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>100</b>	<b>230</b>	<b>100</b>	<b>01</b>	<b>100</b>	<b>627</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora (Doravante AHJF); Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

Esses cativos eram, em sua maioria, do sexo masculino (396). Existiram ainda 230 escravas. De 1 cativo não foi possível saber o sexo. Mais uma vez, nota-se a preferência pelos escravos do sexo masculino nas transações comerciais ocorridas em Juiz de Fora. A soma dos cativos transacionados por aquelas famílias permite perceber que, de maneira geral, se continuava a dar preferência aos escravos entre 15-40 anos, fossem eles homens ou mulheres. Seus valores percentuais foram, respectivamente, 59,9% e 60,4%. Cabe ressaltar que foi dentro dessa faixa etária que se encontrava o cativo que não foi possível se saber o sexo. Apesar de haver maior percentagem em relação aos homens, as mulheres negociadas naquele período foram 139, enquanto os escravos somavam 237. É interessante verificar que as mulheres com idades conhecidas

<sup>12</sup> Cf.: FREIRE, op. cit., 2009.

<sup>13</sup> Foram pesquisados os Livros de Escrituras do Primeiro Ofício de Notas (1852-1889), inclusive os dos distritos pertencentes àquele município e também os do Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora (1856-1888). Cabe ressaltar que esses livros só trazem informações a partir da segunda metade do século XIX. Todos se encontram sob a guarda do AHJF.

<sup>14</sup> Essas são as transações comerciais mais comuns; cabe ressaltar que, na maioria das vezes, elas vêm descritas de maneiras diversas, como, por exemplo, *Escritura de dívida obrigação e hipoteca especial, ou Escritura de doação como adiantamento de legítima, etc.*

tiveram, na faixa entre 1-14 anos, a segunda maior percentagem, 14,0%. Pode ser que, no momento dessas transações, os compradores tenham preferido adquirir essas “meninas” com potencial reprodutivo maior do que as que tinham acima de 41 anos. Da mesma forma, esse potencial reprodutivo, que elevava o preço da escrava, pode ter levado aqueles que delas se desfizeram, por venda, dívida, etc., a negociá-las mais do que as da faixa das idosas. Outra explicação residiria no fato de que essas mulheres, assim como os homens, trabalhavam no eito, o que pode ser comprovado por meio do conhecimento das ocupações desempenhadas por elas (Tabela 2).

**Tabela 2 – Ocupação dos escravos negociados pelos Dias Tostes, pelos Paula Lima e pelos Barbosa Lage, em Juiz de Fora, 1857-1886**

Ocupações	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
<b>Roceiro</b>	16	30,8	11	29,0	27	30,0
<b>Serviço da lavoura</b>	17	32,7	06	15,7	23	25,6
<b>Serviço da roça</b>	11	21,1	03	7,9	14	15,5
<b>Serviço doméstico</b>	-	-	09	23,6	09	10,0
<b>Alfaiate</b>	03	5,8	-	-	03	3,4
<b>Cozinheira</b>	-	-	03	7,9	03	3,4
<b>Copeiro</b>	02	3,8	-	-	02	2,2
<b>Costureira</b>	-	-	02	5,3	02	2,2
<b>Fiandeira</b>	-	-	02	5,3	02	2,2
<b>Lavadeira</b>	-	-	02	5,3	02	2,2
<b>Pedreiro</b>	02	3,8	-	-	02	2,2
<b>Ferreiro</b>	01	2,0	-	-	01	1,1
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do AHJF; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

No que diz respeito às ocupações dos escravos negociados, para a maioria não havia essa informação. Seriam escravos sem “habilidade”? Talvez sim. Todavia, deviam, na verdade, ser cativos do “trabalho da roça/lavoura”, que cultivavam o café e, portanto, não era necessário ter seu ofício descrito. Entretanto, para aqueles de que foi possível conhecer essa variável, a maioria foi descrita como “roceiro” e a “serviço da lavoura”, seguida por aqueles designados como do “serviço da roça”.

Embora a amostragem seja restrita, por essas designações podemos perceber que a localidade ainda parecia estar vinculada às atividades agrícolas. Com certeza, ligadas ao seu produto principal de exportação – café – e, para tanto, visava à aquisição de mão de obra em idade produtiva e que pudesse ser utilizada na lavoura cafeeira. Essas três categorias de ocupação incluíam 64 indivíduos, 71,1% de todos os escravos com ofício mencionado. A diferença entre roceiro e serviço de lavoura estava ligada à atividade

produtiva desempenhada, associada a algum produto de exportação, melhor dizendo, a alguma atividade ligada à terra, que permitia altos lucros, como, por exemplo, o café. Já o ofício de roceiro vinculava-se às atividades mais relacionadas à lavoura de alimentos, já que se tratava daquele “que faz e planta roçados, comumente de mandioca, e legumes; e difere do lavrador de canas, tabaco, algodão anil”<sup>15</sup>.

De acordo com Rômulo Andrade, na segunda metade do século XIX, houve, naquela localidade, que, segundo ele, se expandia tanto na área urbana quanto na rural, maior utilização de cativos, oriundos do tráfico interno, nos serviços do campo. Nessas transações,

Os cativos negociados eram, em sua maioria, jovens: 83 por cento tinha idade inferior a 35 anos. Portanto, o que se queria deles, era principalmente a plena capacidade produtiva. As ocupações que exerciam nem sempre eram determinantes na hora da efetivação dos negócios, pois 40 por cento dos registros sequer mencionam essa informação, talvez porque o direcionamento maior dessa mão-de-obra fosse a lavoura de café. De qualquer forma, o leque de atividades exercidas pelos cativos era múltiplo: lavradores/roceiros eram os mais freqüentes, seguidos pelos empregados em serviços domésticos e cozinheiros. Os restantes se dividiam entre ofícios mais especializados, havendo, mesmo aqueles destinados a ‘qualquer trabalho’.<sup>16</sup>

Outra ocupação genérica muito citada foi o “serviço doméstico”, com 9 cativas. Se considerarmos que alfaiate, cozinheira, copeiro, costureira, fiandeira e lavadeira eram atividades ligadas ao serviço doméstico, esse tipo de trabalho aumenta bastante, atingindo um percentual de 25,6%. Outros trabalhadores especializados, como pedreiro e ferreiro (3,3%), também foram encontrados entre os cativos. É interessante notar a divisão entre as ocupações exercidas por homens e mulheres escravos. Com exceção das ligadas à roça ou à lavoura, que abrigavam ambos, as demais eram desempenhadas por um ou outro sexo, havendo destaque para as mulheres. Dezoito delas exerceram algum tipo de ocupação que não foi descrita para os homens. O inverso ocorreu com 8 homens.

Apenas 87 escravos, que foram alvo de trocas, vendas, dívidas ou penhor tiveram seu valor descrito. Os preços variaram entre os vinte e cinco mil réis (25\$000), como foi avaliado Pedro, crioulo de 2 meses de idade, vendido ao genro de Antonio Dias Tostes, o senhor Manoel Vidal Lage Barbosa, e os dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000) pagos por Marcelino Dias Tostes a Francisco Araújo Lopes, morador

<sup>15</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Typ. De Antonio Jose da Rocha, 1858, p. 264 e 745.

<sup>16</sup> ANDRADE, Rômulo, op. cit., 1995, p. 90. O autor ressaltou ainda a importância do aluguel de escravos, sobretudo pelas mulheres que exerciam tarefas relacionados aos serviços domésticos (mucamas, cozinheiras, etc.), embora os cativos do serviço do eito também fossem alugados principalmente na época da colheita.

no Pará, na Província de Minas Gerais, por cada um dos seguintes cativos: Joaquim Nunes, preto, solteiro, de 40 anos, com ofício de pedreiro; Joaquim Bernardo, preto, também solteiro, de 32 anos de idade, descrito como roceiro, e por Manoel preto, solteiro de 32 anos. Embora o número de cativos, com o valor descrito, seja pequeno, cabe tentar uma aproximação mesmo que superficial acerca dos preços praticados pelos envolvidos nessas transações, que tiveram, como objeto de variados intercursos, a mão de obra escrava (Tabela 3).

**Tabela 3 – Preços médios dos escravos em geral e segundo o sexo, dos Dias Tostes, dos Paula Lima e dos Barbosa Lage, Juiz de Fora, 1857-1886**

Sexo	Número de escravos	Preço médio (em réis)
<b>Homens</b>	51	1:376\$000
<b>Mulheres</b>	36	1:043\$000
<b>Homens e Mulheres</b>	<b>87</b>	<b>1:239\$000</b>

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do AHJF; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

A média dos preços dos cativos, homens e mulheres, era de um conto duzentos e trinta e nove mil réis (1:239\$000). Os homens tiveram preços médios superiores ao das mulheres, respectivamente, um conto trezentos e setenta e seis mil réis (1:376\$000) e um conto quarenta e três mil réis (1:043\$000), cifras abaixo das encontradas por José Flavio Motta, em Constituição (Piracicaba-SP), nas décadas de 1860 e 1870. Segundo o pesquisador: “Houve, pois, um comportamento distinto dos preços médios reais de homens e mulheres ao longo do tempo. De fato, as escravas sofreram contínua desvalorização”<sup>17</sup>. Infelizmente, não foi possível proceder como Motta, e tentar acompanhar a variação na média dos preços dos escravos jovens/adultos, entre quinze e quarenta anos. A fonte, muitas vezes, não especifica o preço dos cativos e/ou suas idades, o que nos impediu de perceber variações nesses preços, ao longo da segunda metade do século XIX. Se tivéssemos tido esta oportunidade, talvez pudéssemos comprovar a tese de Slenes, segundo a qual:

[...] se os cativos, via de regra, eram já mais caros no Sudeste cafeeiro nos anos de 1858 e 1859, eles passaram a ser, na maior parte dos casos, significativamente ainda mais caros em fins do decênio de 1870 e em inícios da década de 1880. Para tanto contribuíram a dinâmica diferenciada das

<sup>17</sup> MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, p. 41.



atividades de exportação nas distintas províncias e as secas sofridas pelo Nordeste entre 1877 e 1880.<sup>18</sup>

A informação sobre os escravos permitiu-nos perceber que a maioria era composta por mão de obra do sexo masculino, independente da origem que lhes era atribuída. Sobressaíram-se os crioulos, num total de 137 (77,4%), logo em seguida vieram os descritos como africanos, com 40 cativos (22,6%). Quando visualizamos a distribuição das ascendências de acordo com o sexo, encontramos entre os homens: 90 crioulos e 47 crioulas, (respectivamente, 74,4% e 83,9%). Trinta e um homens (25,6%) e 9 mulheres (16,1%) eram africanos. Essa estrutura não causa estranheza, por se tratar de um período no qual o tráfico de cativos, provenientes da África, se havia fechado, conseqüentemente, alterando as feições do escravismo, no que diz respeito à origem dos indivíduos comercializados (Tabela 4).

**Tabela 4 – Sexo e origem dos escravos que fizeram parte de algum tipo de transação comercial, Juiz de Fora, 1857-1886**

<b>Sexo Origem</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Crioulo</b>	90	74,4	47	83,9	137	77,4
<b>Africano</b>	31	25,6	09	16,1	40	22,6
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>100</b>	<b>177</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do AHJF; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

Como foi exposto na Tabela 1, e reforçado nas Tabelas seguintes, os homens foram a maioria dos cativos comercializados naquele período. Por meio do conhecimento das províncias, onde foram matriculados, pudemos estabelecer quais suas procedências. Isso nos possibilitou também averiguar qual a “modalidade” de tráfico de que se valeram os Dias Tostes, os Paula Lima e os Barbosa Lage na manutenção/ampliação de suas posses. Embora os escravos tenham sido alvo de vários tipos de comércio, seja por compra e venda, troca, penhor, etc., foi por meio do tráfico que passaram a fazer parte da propriedade de seus senhores. Só posteriormente foram alvo das ditas transações.

Ao analisarmos a Tabela 5, podemos averiguar que aqueles senhores envolvidos em algum tipo de comércio utilizaram principalmente o tráfico intraprovincial para a aquisição de sua mão de obra. Segundo Sidney Chalhoub, “A experiência desses escravos, arrancados de suas distantes províncias de origem e negociados no sudeste,

<sup>18</sup> SLENES, op. cit., 1976, p. 183.

geralmente para fazendas de café, pode ser melhor contextualizada no quadro mais amplo do tráfico interprovincial na segunda metade do século XIX”<sup>19</sup>. Roberto Martins constatou que

O fim do tráfico internacional desencadeou transferências interprovinciais de escravos de proporções sem precedentes. Com o fechamento da fonte africana, as diferentes condições econômicas das diversas regiões do País necessariamente provocariam a realocação do estoque existente.<sup>20</sup>

Foram 274 escravos oriundos da própria província mineira, uma maioria esmagadora, que perfaz a percentagem de 83,2%, maior que a soma de todas as outras procedências conhecidas, cifras que se repetiram com relação ao sexo. Todos os homens e mulheres com procedência conhecida (respectivamente, 79,9% e 89,1%) eram oriundos de Minas Gerais. Os cativos provenientes do tráfico interprovincial perfizeram um total de 49 (15,0%). Dentre eles, com exceção dos provenientes de Pernambuco, Piauí e Goiás, as outras províncias mantiveram a tendência de contribuir com mais homens do que mulheres. Havia ainda os de procedência africana. Eram 6, 5 homens e 1 mulher, que, *a priori*, provieram do tráfico intercontinental e, mais uma vez, foram alvo de algum tipo de transação comercial (1,8%). Essa supremacia masculina, uma vez mais, parece demonstrar que a localidade ainda vivenciava um período de desenvolvimento baseado na *plantation* do café, que ainda necessitava dos trabalhadores escravos, sobretudo do sexo masculino. Como bem lembrou Motta, esses escravos “constituir-se-iam nas ‘peças’ preferidas no comércio de cativos, sejam os importados da África, sejam os oriundos do tráfico interno”<sup>21</sup>.

Os cativos, vindos de outras partes do Império, variaram entre no mínimo 1 e no máximo 12. Pois bem, se os agruparmos por regiões, excetuando-se a Província de Minas Gerais, percebemos que a maioria era proveniente do Nordeste brasileiro, 12 do Ceará, e o mesmo número da Bahia, de Alagoas e Pernambuco, cada um com 4, enquanto as Províncias do Piauí, da Paraíba do Norte, da Paraíba e do Maranhão participaram com 1 escravo cada, totalizando, então, 36. O segundo maior contingente foi proveniente da região Sudeste: do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, respectivamente, 8 e 3. Por fim, temos 2 indivíduos provenientes de Goiás, que se

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 43.

<sup>20</sup> MARTINS, Roberto. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora.” *Estudos Econômicos*, 13 (1): 181-209, jan./abr., 1983, p. 190.

<sup>21</sup> MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 299.

localiza no Centro-Oeste. Fica exposto um vigor no que diz respeito à aquisição de cativos oriundos da região Nordeste. Muito provavelmente, houve uma conjunção de fatores, como sugere Slenes. O primeiro teria sido a própria dinâmica das regiões exportadoras de café do Centro-Sul, que continuavam a demandar mão de obra em suas lavouras, e que, agora, só poderia ser adquirida por meio do tráfico nacional. O segundo teria sido a crise enfrentada pelos proprietários de cativos do Nordeste brasileiro, principalmente com a seca que assolou aquela região na segunda metade do século XIX<sup>22</sup>.

**Tabela 5 – Sexo dos cativos comprados e vendidos pelos Dias Tostes, pelos Paula Lima e pelos Barbosa Lage, de acordo com a procedência e a província onde foram matriculados, Juiz de Fora, 1857-1886**

Sexo		Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Província/procedência							
Sudeste	Minas Gerais	167	79,9	107	89,1	274	83,2
	Rio de Janeiro	07	3,3	01	0,9	08	2,4
	Espírito Santo	03	1,5	-	-	03	1,0
Nordeste	Ceará	10	4,8	02	1,6	12	3,6
	Bahia	10	4,8	02	1,6	12	3,6
	Alagoas	03	1,5	01	0,9	04	1,3
	Pernambuco	01	0,5	03	2,5	04	1,3
	Piauí	-	-	01	0,9	01	0,3
	Paraíba do Norte	01	0,5	-	-	01	0,3
	Paraíba	01	0,5	-	-	01	0,3
	Maranhão	01	0,5	-	-	01	0,3
Centro-Oeste	Goiás	-	-	02	1,6	02	0,6
África	Cabinda	02	0,9	-	-	02	0,6
	Congo	02	0,9	-	-	02	0,6
	Rebolo	01	0,5	-	-	01	0,3
	Benguela	-	-	01	0,9	01	0,3
<b>Total</b>		<b>209</b>	<b>100</b>	<b>120</b>	<b>100</b>	<b>329</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do AHJF; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

<sup>22</sup> Sobre os problemas enfrentados pelo Nordeste e o aumento do fluxo de cativos daquela região com destino às de produção cafeeira, conferir, entre outros, CONRAD, op. cit, 1978. Segundo Peter Eisenberg, “O tráfico interprovincial chegou ao auge na década de 1870 em virtude das severas secas nordestinas que forçaram a liquidação dos ativos fixos, como os escravos. O total de escravos embarcados para o sul, após 1876, foi tão elevado que as províncias compradoras – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – impuseram elevados tributos à importação de escravos, em 1880 e 1881. [...] Os tributos acabaram com o tráfico interprovincial de escravos”. EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 175-177.

Cláudio Heleno Machado, em seu estudo sobre Juiz de Fora, valendo-se da análise de farta documentação, afirma que

O tráfico interprovincial [...] teve tanta significação que em Juiz de Fora encontravam-se escravos procedentes, praticamente, de todo o território nacional, pelo menos onde havia mão-de-obra cativa que pudesse ser transferida. [...] Destacam-se nas transferências para Juiz de Fora, nesta modalidade do tráfico interno, as regiões do Nordeste e o próprio Centro-Sul: 61,57 e 33,21%, respectivamente. Embora com parcelas ínfimas, as regiões Oeste e Sul do país também contribuíram com transferências de escravos para Juiz de Fora: 3,36 e 1,86% do total apurado por este estudo, também respectivamente.<sup>23</sup>

A análise mais detida da província/procedência permite observar quais as localidades (cidade, vila, distrito, etc.) em que foram matriculados os cativos. Conseguimos conhecer esse aspecto para 321 deles (51,2%), que fizeram parte das transações comerciais envolvendo os Dias Tostes, os Paula Lima e os Barbosa Lage, entre 1857 e 1886.

Dos 49 escravos provenientes do tráfico interprovincial, foi possível saber o local de matrícula de 46. Do Nordeste vieram 32, a maioria proveniente do Ceará. Foram 12 os negociados dessa província, 3 matriculados em Maranguape e outros 2 em Ipuí; para outros 4 não foi possível saber o local da matrícula<sup>24</sup>. Existiu ainda 1 cativo descrito apenas como matriculado no Ceará. Os 2 restantes se distribuíram igualmente entre Lavras e Sobral. O segundo maior contingente negociado por aquelas famílias era proveniente da Bahia, totalizando 9 indivíduos: Santo Antonio da Barra forneceu 3, Campo Largo, 2, e Maragogipe, Remanso, Carinhanha e Feira de Santana, 1 escravo cada; para os outros 3 não conseguimos obter essa informação. A Província de Pernambuco forneceu 2 escravos, matriculados no Recife, 1 em Limoeiro e outro em Oiricury. Quatro províncias nordestinas negociaram escravos em Juiz de Fora. Alagoas forneceu 4 cativos, divididos entre Afonso, Maceió, Paulo Affonso e Santo Antonio. O Maranhão contou com 1 indivíduo matriculado na alfândega dessa província. O Piauí contou com o mesmo número de escravos, matriculados em Valença, assim como o matriculado em Souza, na Parahyba do Norte.

O Sudeste – ou o Centro-Sul – participou com 11 escravos, distribuídos entre a Corte e as Províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. A primeira teve 7

<sup>23</sup> MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecidos na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais*: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX). Monografia do Curso de especialização em História do Brasil. Juiz de Fora, MG, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1998, p. 66.

<sup>24</sup> Para 2 desses 4 cativos só conseguimos saber parte do nome do local (Joa?).

matriculados. A segunda negociou 1 escravo oriundo de Campos e a terceira, outros 3, vindos de Serra. Por fim, encontramos 2 matriculados em Catalão, Goiás.

Robert Slenes, em estudo sobre o tráfico interno de escravos, detectou que o número de traficados para o Centro-Sul do Brasil, entre meados dos anos de 1850 e 1881, em transferências inter-regionais, esteve por volta de 222.500 indivíduos, uma média de 7.200 por ano, para todo aquele período<sup>25</sup>.

Como já pudemos observar anteriormente, a grande maioria dos cativos que foi alvo de algum tipo de transação comercial, segundo as fontes, estava matriculada na província mineira e, nesse aspecto, algumas considerações são interessantes (Tabela 6).

Por meio da Tabela acima, podemos perceber que, dos 274 cativos provenientes da própria província mineira, cuja procedência foi possível conhecer, 61 (22,3%) eram oriundos do tráfico intraprovincial (entre Juiz de Fora e outros municípios mineiros), os outros 213 (77,7%), do tráfico local interno, dentro dos limites do município de Juiz de Fora.

Fica patente a preferência dos envolvidos naquelas transações, em primeiro lugar, por escravos oriundos do próprio município e, em seguida, por aqueles vindos das demais regiões mineiras. Essa mesma constatação foi feita por Cláudio Heleno Machado. O pesquisador concluiu que os escravos negociados pelos senhores, na mesma localidade, eram oriundos do tráfico local, intraprovincial e, por último, do interprovincial<sup>26</sup>.

Essa mesma tendência foi percebida por Garavazo, em seu estudo sobre Batatais (SP). Naquela região, verificou-se o caráter local do comércio de escravos, sobretudo pelo conhecimento do lugar de moradia de compradores, vendedores e também dos procuradores, bem como por meio do conhecimento da naturalidade dos cativos e dos ingênuos transacionados.

Verificou-se que 88,4% das pessoas que compraram cativos e ingênuos e 80,9% daquelas que venderam residam em Batatais (na cidade ou no termo). Em apenas quarenta transações (12,5% do total) o vendedor foi representado por um procurador, número que se igualou a tão somente trinta e dois (10,0%) no caso dos compradores. E, ainda mais, verificou-se que sessenta e um, destes setenta e dois procuradores, moravam em Batatais.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> SLENES, op. cit. In: JOHNSON, op. cit., 2005, p. 331. Richard Graham percebeu que o tráfico interno de escravos e os escravos tiveram importante papel no fim da abolição. GRAHAM, Richard. Another Middle Passage? The internal Slave Trade in Brazil. In: JOHNSON, op. cit., 2005

<sup>26</sup> MACHADO, Cláudio Heleno, op. cit., 1998.

<sup>27</sup> GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887*. São Paulo: USP/FFLCH/História econômica, 2006. (Dissertação de Mestrado em História Econômica), p. 238.

**Tabela 6 – Localidade da matrícula dos cativos dos Dias Tostes, dos Paula Lima e dos Barbosa Lage, oriundos do tráfico intraprovincial e local, Juiz de Fora, 1857-1886**

<b>Tipo de tráfico</b>	<b>Número de cativos negociados</b>	<b>%</b>
<b>Intraprovincial/Local*</b>		
<b>Regiões/Municípios</b>		
<b>Zona da Mata</b>		
Mar de Hespanha	06	2,2
Ponte Nova	04	1,5
Juiz de Fora	213	77,8
<b>Subtotal</b>	<b>223</b>	<b>81,5</b>
<b>Jequitinhonha Mucuri-Doce</b>		
Grão Mogol	06	2,2
Diamantina	05	1,9
Arrasuahy	04	1,5
Minas Novas	02	0,7
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>6,3</b>
<b>Metalúrgica Mantiqueira</b>		
Abaeté	03	1,1
Queluz	03	1,1
Arassandy	01	0,3
Barbacena	02	0,8
Sete Lagoas	03	1,1
Sabará	02	0,8
Santa Luzia	01	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>15</b>	<b>5,5</b>
<b>Oeste</b>		
Pará	10	3,6
Tamanduá	01	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>11</b>	<b>3,9</b>
<b>Alto Paranaíba</b>		
Araxá	05	1,9
<b>Subtotal</b>	<b>05</b>	<b>1,9</b>
<b>São Francisco Montes-Claros</b>		
Januária	01	0,3
Montes Claros da Formiga	01	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>02</b>	<b>0,6</b>
<b>Sul</b>		
Pouso Alegre	01	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>0,3</b>
<b>Total de escravos negociados</b>	<b>274</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do AHJF; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora. \*O tráfico local é aquele que ocorre dentro dos limites do município de Juiz de Fora. Optamos por deixá-lo junto à região, Zona da Mata.

Ainda de acordo com a Tabela 6, e tomando por base os modelos expostos por Roberto Martins e Douglas Libby, em que eles estabeleceram uma divisão dos distritos mineiros de acordo com a distribuição da propriedade de escravos, é possível perceber que localidades vinham perdendo cativos para a Zona da Mata Mineira e, em específico, para o município de Juiz de Fora<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33; MARTINS, op. cit., 1983.

Os escravos negociados dentro dos limites mineiros eram de quase todas as regiões, com exceção do Triângulo e de Paracatu. Muitos deles vinham de áreas em que não havia concentração de algum produto que pudesse ser responsável pela manutenção ou, até mesmo, pela ampliação de suas posses de escravos, regiões que, em sua maioria, se caracterizavam pela pequena propriedade, mais sujeita às oscilações do mercado. Essa parece ser a explicação para o número de cativos das regiões de Jequitinhona e Mucuri-Doce (6,3%). O mesmo raciocínio vale para São Francisco – Montes Claros contribuiu com 0,6%<sup>29</sup>. As regiões Metalúrgica Mantiqueira (5,5%), Oeste (3,9%), Alto Paranaíba (1,9%) e Sul (0,3%) devem ter contribuído para o incremento da mão de obra escrava, também pelos mesmos motivos (Mapa 1).

Num primeiro momento, o número de cativos negociado com a Zona da Mata causa estranheza, já que essa seria a região possuidora do maior contingente deles, devido à alta concentração das posses, e também porque, àquela época, tinha um produto importante que demandava força de trabalho e, portanto, estaria sendo recebedora e não distribuidora de escravos. A Tabela 6 nos permite conhecer as duas localidades da Mata Mineira que negociaram cativos com aquelas famílias que lá habitavam. Cabe, neste momento, ressaltar que Mar de Espanha e Ponte Nova eram muito diferentes, do ponto de vista econômico e demográfico.

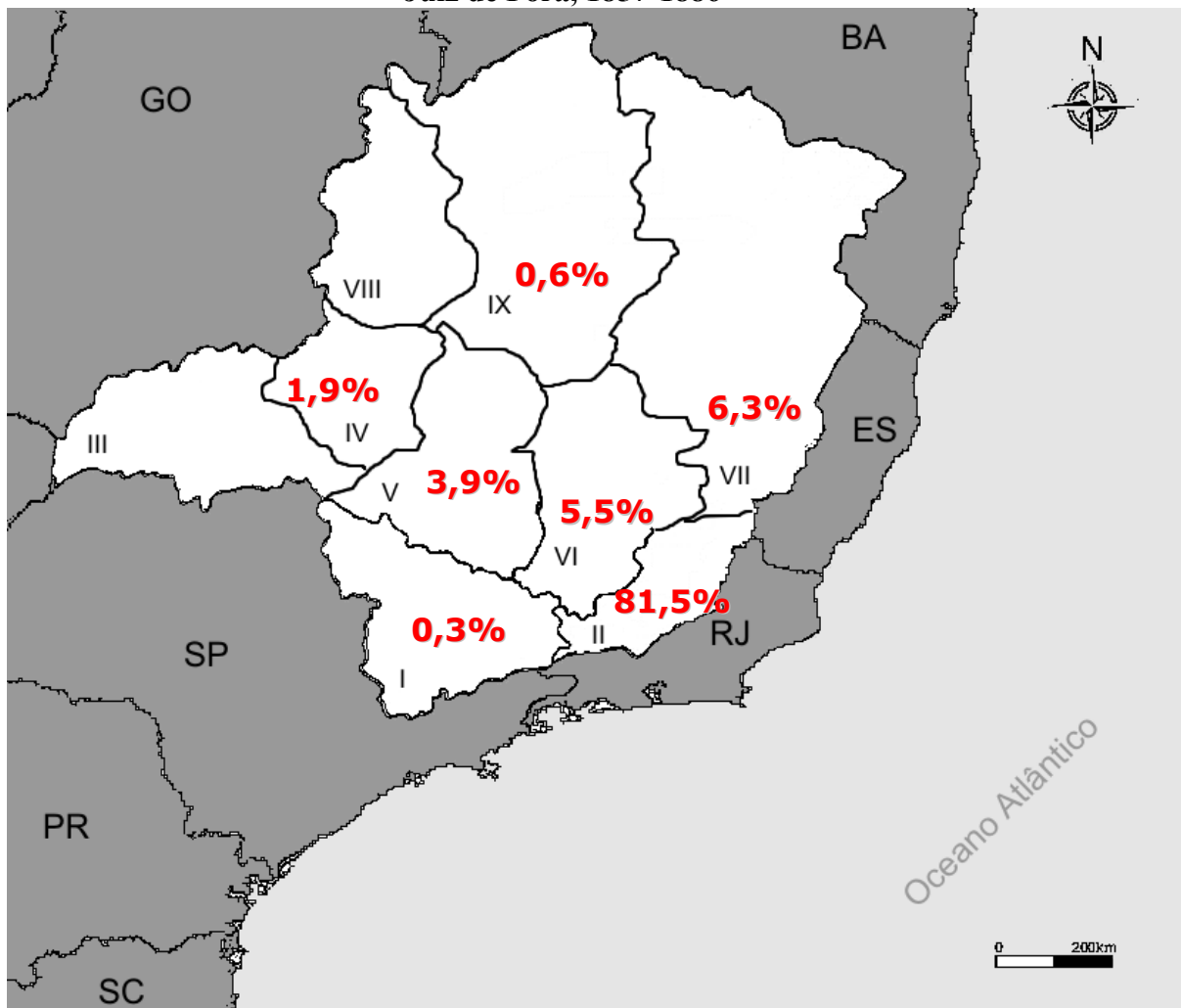
Mar de Espanha, localizada na Zona da Mata Sul, foi, durante todo o período, um importante centro cafeicultor, e seria de se esperar que estivesse ganhando e não perdendo cativos. Em uma análise mais detida a respeito dos tipos de negócios que geraram aquela transferência, podemos averiguar que, dos 6 indivíduos negociados, apenas 1 o foi por meio de compra e venda, os outros 5 eram oriundos de uma escritura pública de dívida, obrigação e hipoteca, ou seja, quase a totalidade deles só foi comercializada porque deve ter havido, por parte de seu proprietário, quem sabe, um mau gerenciamento dos negócios. Dessa forma, a transferência se deu por motivos outros, que não a incapacidade da região em manter seus cativos<sup>30</sup>. Já Ponte Nova se enquadraria no que chamamos de Zona da Mata Norte, compunha a parte mais pobre daquela região, com características completamente diferentes das outras duas. Pensamos

<sup>29</sup> Sobre algumas características do norte mineiro àquela época, conferir a dissertação de BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

<sup>30</sup> Segundo Cláudio Heleno Machado, os municípios da Mata foram muito menos afetados por transferências de cativos para Juiz de Fora, pois a região concentrava os principais municípios cafeeiros da província, sendo responsáveis também por importantes concentrações de mão de obra escrava. MACHADO, Cláudio Heleno, op. cit. 1998.

que esses contrastes, dentro da Zona da Mata, explicam esse perfil dos escravos negociados por tal área.

**Mapa 1 – Porcentagem dos cativos pertencentes aos Dias Tostes, aos Paula Lima e aos Barbosa Lage, oriundos do tráfico intraprovincial e local, segundo a região, Juiz de Fora, 1857-1886**



**Fonte:** Elaborado pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFF) a partir de LIBBY, op. cit., 1988. I Sul; II Mata; III Triângulo; IV Alto Parnaíba; V Oeste; VI Metalúrgica-Mantiqueira; VII Jequitinhonha-Mucuri-Doce; VIII Paracatu e IX São Francisco-Montes Claros.

### Considerações finais

As famílias dos Dias Tostes, dos Paula Lima e dos Barbosa Lage se valeram de processos diferenciados em relação à manutenção e/ou à ampliação de suas posses de escravos, mesmo porque atravessaram diferentes conjunturas, com peculiaridades



distintas, o que, certamente, contribuiu para a diversidade de suas estratégias. As duas primeiras fizeram uso de processos de compra de cativos no comércio interno, apesar dos Dias Tostes terem participado muito mais do tráfico internacional. Entretanto, tudo indica que essa não foi a atitude tomada pelo Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, que parece ter-se utilizado da reprodução natural para incrementar seu contingente cativo, embora seus descendentes tenham comercializado bastante neste tipo de tráfico<sup>31</sup>.

O instante de formação das suas propriedades talvez tenha contribuído para as especificidades de cada dono de terras, ou seja, o momento anterior ou posterior ao fim do tráfico, que levou a um rearranjo no que diz respeito à aquisição e à relação com a mão de obra cativa. De acordo com Isabel Reis, em estudo sobre a família negra na Bahia, entre os anos de 1850 e 1888,

Não há divergências sobre o fato de que depois da supressão do comércio transatlântico de escravizados, os proprietários brasileiros ficaram mais atentos no sentido de preservar os cativos e seus descendentes. Há uma propensão a se acreditar que principalmente a partir da lei de 1850, se verificou até mesmo um maior incentivo aos casamentos e à procriação entre eles.<sup>32</sup>

O aumento do contingente cativo desses senhores, por meio das várias modalidades de tráfico (interprovincial, intraprovincial e/ou local), se fez presente em suas propriedades. O que acima concluímos diz respeito à principal prática utilizada por eles durante aquele período e, de maneira alguma, ignoram-se as possibilidades da ocorrência de outros processos (reprodução natural e tráfico interno), que também poderiam possibilitar a manutenção e/ou a ampliação do número de escravos.

A opção pelo tráfico interno ou pela reprodução natural dependeu, sobremaneira, do período de formação das posses e do raciocínio econômico empreendido pelos senhores na busca pelo melhor “modelo” para a manutenção e/ou a ampliação de suas propriedades. De qualquer maneira, o tráfico interno de escravos foi importante como modo de reprodução/ampliação da mão de obra daquelas famílias.

---

<sup>31</sup> Cf. Sobre essas considerações: FREIRE, op. cit.

<sup>32</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão*: Bahia, 1850-1888. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 43 (Tese de Doutorado em História).

## DICIONÁRIO

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Typ. De Antonio Jose da Rocha, 1858.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo, USP, 1995. (Tese de Doutorado em História).

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).

\_\_\_\_\_. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. *População e família*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 1988, p. 211-234.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a Colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ELTIS, David. The volume and structure of the transatlantic slave trade: a reassessment. *William and Mary Quaterly*, 3d Series, Volume 58, Number I, January 2001.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009. (Tese de Doutorado em História).

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887*. São Paulo: USP/FFLCH/História econômica, 2006. (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

GRAHAM, Richard. Another Middle Passage? The internal Slave Trade in Brazil. In: JOHNSON, Walter (org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume/Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio-ago. 1987, p. 297-314.

LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: Fapeb/Annablume, 2006.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

KLEIN, Herbert. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 1987.

MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecidos na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX)*. Monografia do Curso de especialização em História do Brasil. Juiz de Fora, MG, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1998.

MARTINS, Roberto. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora.” *Estudos Econômicos*, 13 (1): 181-209, jan./abr., 1983.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

MATTOSO, Kátia Queiroz, KLEIN, Herbert & ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. *Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. (Tese de Livre-Docência).

\_\_\_\_\_. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

\_\_\_\_\_ e MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 30(2): p. 267-299, 2000.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira de. *Economia escravista e preços de escravos em Minas Gerais: o caso de Sabará entre 1850 e 1887*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997. (Dissertação de Mestrado em Economia).

PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 25(2): 203-233, maio/ago., 1995.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 43 (Tese de Doutorado em História).

SANTOS, Jonas Rafael dos. Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX. *Estudos de História*, Franca, SP, v. 9, n. 2, 2002, p. 235-253.

SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado. Stanford University, 1976.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado em História Econômica).